

RELATÓRIO FINAL DE CONSISTÊNCIA DE DADOS (RFCD)

1. IDENTIFICAÇÃO

- **Município:** São José da Boa Vista
- **Órgão executor:** Controladoria Municipal de São José da Boa Vista
- **Período de execução:** 06/10/2025 a 27/10/2025
- **Equipe de execução:**

Nome	Matrícula
Nelton Shishito	360-1
Matheus Theophilo Cruz	2194-1

2. SOBRE OS TRABALHOS

Considerando o processo de análise da consistência de dados das prestações de contas dos prefeitos municipais estabelecidos pela Nota Técnica n.º 24/2024 – CGF/TCEPR, os trabalhos tiveram por objetivo a aferição da veracidade e da fidedignidade das informações prestadas pelos interlocutores participantes do processo de prestação de contas dos prefeitos municipais, nos termos do artigo 9º da IN 172/2022.

Os aspectos compreendidos pelo trabalho fazem parte do Item de Verificação **ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**, da Matriz de Avaliação da área da Administração Financeira instituída no Anexo I da Nota Técnica n.º 23/2023 – CGF/TCEPR.

O processo de trabalho aplicado foi estruturado de modo a atender às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) aplicáveis.

Os procedimentos utilizados foram baseados no Roteiro de Consistência de Dados (RCD) **ADM010203 – Elaboração do Planejamento Orçamentário**, disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR).

As conclusões resultantes deste trabalho estão respaldadas pelos documentos e informações indicados na coluna “evidências” da tabela contida no item 3, os quais estão sendo apresentados em conjunto com este relatório.

3. RESULTADO DA ANÁLISE DA CONSISTÊNCIA DE DADOS

Item	Questão Auxiliar	Tipo do Interlocutor	Entidade	Resultado da análise (sim, não ou não se aplica)	Evidências	Comentários
Manuais para elaboração dos instrumentos orçamentários						
1	O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborado o seu Plano Plurianual?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	SIM	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.	No exercício de 2023 a município não possuía um Manual para a elaboração do Plano Plurianual. No exercício de 2024 este manual foi elaborado. O manual apresenta instruções, porém de forma não detalhada, limitando-se a uma breve descrição sobre como o procedimento deve ser realizado. Orienta-se que, revise o manual atual estabelecendo a forma como deve ser elaborado o Plano Plurianual, contendo, no mínimo, as instruções a respeito da avaliação da situação atual do município, da participação popular, da definição dos recursos disponíveis, do levantamento das ações em andamento e das novas ações propostas, da definição dos programas setoriais, da consolidação e validação dos programas finais que comporão o PPA
2	O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração do PPA?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	SIM	Disponível no endereço eletrônico: https://saojosedaboavista.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/11/Manual-PPA-LDO-LOA-Documentos-Google.pdf	
3	O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborada sua a Lei Orçamentária Anual?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	SIM	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.	No exercício de 2023 a município não possuía um Manual para a elaboração do Plano Plurianual. No exercício de 2024 este manual foi elaborado. O manual apresenta instruções, porém de forma não detalhada, limitando-se a uma breve descrição sobre como o procedimento deve ser realizado. Orienta-se que, revise o manual atual estabelecendo a forma como deve ser elaborado o Plano Plurianual, contendo, no mínimo, as instruções a respeito da avaliação da situação atual do município, da participação popular, da definição dos recursos disponíveis, do levantamento das ações em andamento e das novas ações propostas, da definição dos programas setoriais, da consolidação e validação dos programas finais que comporão o PPA

4	O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração da LOA?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	SIM	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.	<p>No exercício de 2023 a município não possuía um Manual para a elaboração do Plano Plurianual. No exercício de 2024 este manual foi elaborado. O manual apresenta instruções, porém de forma não detalhada, limitando-se a uma breve descrição sobre como o procedimento deve ser realizado.</p> <p>Orienta-se que, revise o manual atual estabelecendo a forma como deve ser elaborado o Plano Plurianual, contendo, no mínimo, as instruções a respeito da avaliação da situação atual do município, da participação popular, da definição dos recursos disponíveis, do levantamento das ações em andamento e das novas ações propostas, da definição dos programas setoriais, da consolidação e validação dos programas finais que comporão o PPA</p>
Participação da sociedade na elaboração do orçamento						
5	O Município realizou debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	NÃO		<p>Não foram feitos debates, consultas ou audiências públicas com a participação popular referente à elaboração das peças orçamentárias LDO e LOA.</p> <p>Orienta-se que, para a próxima elaboração do instrumento orçamentário, realizar debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual dos próximos exercícios financeiros</p>
6	O Município realizou a transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO 2023 da LOA 2023?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	NÃO		<p>Não foram feitos debates, consultas ou audiências públicas com a participação popular referente à elaboração das peças orçamentárias LDO e LOA.</p> <p>Orienta-se que, para a próxima elaboração do instrumento orçamentário, que se Transmita os debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO da LOA.</p>
7	Os programas estabelecidos para a Educação no Plano Plurianual 2022- 2025 estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade Secretaria Municipal de Educação.	SIM	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Plano Municipal de Educação.	<p>O PPA 2022–2025 e o Plano Municipal de Educação 2015–2025 estão alinhados nos pontos centrais, principalmente na expansão da educação infantil, na universalização do ensino fundamental, na manutenção da EJA e da educação especial e nos investimentos em infraestrutura escolar.</p> <p>Por outro lado, o PPA não contempla de forma clara algumas metas importantes do PME, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorização e formação dos professores (capacitação, carreira, salários); - Implantação do ensino integral em pelo menos 50% das escolas; - Articulação com o ensino médio (que é estadual, mas previsto no PME);

						<p>- Gestão democrática e equidade ampliada (ações para grupos vulneráveis).</p> <p>Orienta-se a alteração do Plano Plurianual de modo a compatibilizá-lo com o Plano Municipal de Educação.</p>
8	Os programas estabelecidos para a Saúde no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade Secretaria Municipal de Saúde.	SIM	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Plano Municipal de Saúde.	<p>O PPA 2022–2025 e o Plano Municipal de Saúde 2022–2025 estão alinhados nos pontos centrais, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atenção Básica (manutenção de equipes e serviços de saúde da família). - Assistência Farmacêutica (previsão orçamentária para medicamentos). - Vigilância em Saúde (recursos para fiscalização sanitária). - Infraestrutura (alguns investimentos em rede física de saúde). <p>Mas existem lacunas importantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não há programa específico para Saúde Mental, embora o PMS dê ênfase à RAPS. - Promoção e prevenção aparecem apenas de forma implícita na APS, sem recursos dedicados. - Gestão e qualificação profissional têm previsão mínima, sem detalhamento de ações. <p>Orienta-se a alteração do Plano Plurianual de modo a compatibilizá-lo com o Plano Municipal de Saúde.</p>
9	Os programas estabelecidos para a Assistência Social no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade Secretaria Municipal de Assistência Social.	SIM	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Plano Municipal de Assistência Social.	<p>O PPA 2022–2025 e o PMAS 2022–2025 estão alinhados nos pontos centrais da política de assistência social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção Social Básica (PSB) – manutenção dos serviços via CRAS, PAIF e SCFV. - Proteção Social Especial (PSE) – recursos para atendimento de média e alta complexidade (ainda que sem CREAS). - Gestão do SUAS – previsão de manutenção administrativa e de pessoal. - Controle Social – financiamento do funcionamento de conselhos (CMDI, CMDCA, Conselho Tutelar). <p>As lacunas aparecem em pontos que o PMAS destaca mais fortemente, mas que o PPA não detalha:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouca ênfase em expansão e qualificação (ex.: capacitação de equipes, melhoria da estrutura física). - Ausência de ações específicas para articulação intersetorial com saúde, educação e outras políticas. - Controle social garantido apenas em sua manutenção financeira, sem previsão de qualificação da participação. <p>Orienta-se a alteração Plano Plurianual de modo a compatibilizá-lo com o Plano Municipal de Assistência Social.</p>

Previsão de receitas e fixação de despesas.						
10	A previsão das receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é estimada a partir dos coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo da quota municipal?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	NÃO	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.	<p>No exercício de 2023 a município não possuía um Manual para a elaboração do Plano Plurianual. No exercício de 2024 este manual foi elaborado.</p> <p>Nas seções específicas da LOA, não há detalhamento da metodologia técnica para estimar as receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), nem menção ao uso dos coeficientes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).</p> <p>Orienta-se adotar os coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para estimar as receitas provenientes do FPM.</p>
11	A previsão das receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município é estimada a partir do Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	NÃO	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.	<p>No exercício de 2023 a município não possuía um Manual para a elaboração do Plano Plurianual. No exercício de 2024 este manual foi elaborado.</p> <p>Embora o manual determine que a Secretaria de Finanças deve prever as receitas estaduais (o que incluiria o ICMS) de forma técnica e baseada em histórico, ele não especifica o uso do Índice de Participação dos Municípios (IPM) ou a fonte da SEFA-PR como metodologia obrigatória..</p> <p>Orienta-se, adotar o IPM disponibilizado pela SEFA-PR para estimar as receitas provenientes do repasse do ICMS.</p>
12	A previsão das receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é calculada a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	NÃO	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.	<p>No exercício de 2023 a município não possuía um Manual para a elaboração do Plano Plurianual. No exercício de 2024 este manual foi elaborado.</p> <p>O manual não cita expressamente o IPTU nem estabelece que a previsão dessa receita deve ser feita a partir de cálculo específico elaborado pelo setor tributário municipal.</p> <p>Orienta-se, adotar a estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município para estimar as receitas provenientes da arrecadação do IPTU.</p>
13	A previsão das receitas provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é calculada a partir do número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	NÃO	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.	<p>No exercício de 2023 a município não possuía um Manual para a elaboração do Plano Plurianual. No exercício de 2024 este manual foi elaborado.</p> <p>O Manual não inclui uma previsão específica ou um detalhamento metodológico que mencione o uso do número de alunos do Censo Escolar (Inep/MEC) e o Valor Anual por Aluno (VAAF) para o cálculo da receita proveniente do FUNDEB.</p> <p>O documento define quem é responsável pela estimativa das receitas federais e estaduais (o que inclui o FUNDEB), mas não descreve o como essa projeção deve ser feita (a fórmula técnica baseada no Censo e no VAAF).</p>

	do valor anual por aluno (VAAF)?					Orienta-se , adotar a metodologia que considera o número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e valor anual por aluno (VAAF) para estimar as receitas provenientes do FUNDEB																											
14	A fixação das rubricas das despesas com pessoal é realizada levando em consideração as previsões da revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	NÃO	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.	<p>No exercício de 2023 a município não possuía um Manual para a elaboração do Plano Plurianual. No exercício de 2024 este manual foi elaborado.</p> <p>O Manual não apresenta uma previsão explícita ou um detalhamento metodológico que determine que a fixação das rubricas de despesas com pessoal deva considerar a "previsão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamento".</p> <p>O Manual se restringe a definir a obrigatoriedade de planejamento da despesa de pessoal no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é o instrumento que orienta a LOA:</p> <p>-Na LDO Municipal deve conter, como requisito básico, "a previsão de despesas referentes ao plano de carreiras, cargos e salários dos servidores".</p> <p>Orienta-se adotar as estimativas de revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos para a fixação das rubricas das despesas com pessoal.</p>																											
15	As dotações orçamentárias previstas originalmente na Lei Orçamentária Anual vigente possuem montante suficiente para sua execução, ou seja, não possuem dotação irrisória?	Contador	Secretaria Municipal de Contabilidade	NÃO	Manual de Orientação – Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.	<p>Com base nos Anexos 2 – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção do RREO dos anos de 2022, 2023 e 2024.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">2022</th> </tr> <tr> <th>Rubricas</th> <th>Previsto</th> <th>Liquidado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Administração</td> <td>3.418.150,00</td> <td>3.390.303,55</td> </tr> <tr> <td>Assistência Social</td> <td>1.083.300,00</td> <td>1.560.329,15</td> </tr> <tr> <td>Saúde</td> <td>6.849.590,44</td> <td>10.534.900,81</td> </tr> <tr> <td>Educação</td> <td>5.720.670,44</td> <td>8.023.339,82</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">2023</th> </tr> <tr> <th>Rubricas</th> <th>Previsto</th> <th>Liquidado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Administração</td> <td>3.139.952,28</td> <td>3.407.810,58</td> </tr> </tbody> </table>	2022			Rubricas	Previsto	Liquidado	Administração	3.418.150,00	3.390.303,55	Assistência Social	1.083.300,00	1.560.329,15	Saúde	6.849.590,44	10.534.900,81	Educação	5.720.670,44	8.023.339,82	2023			Rubricas	Previsto	Liquidado	Administração	3.139.952,28	3.407.810,58
2022																																	
Rubricas	Previsto	Liquidado																															
Administração	3.418.150,00	3.390.303,55																															
Assistência Social	1.083.300,00	1.560.329,15																															
Saúde	6.849.590,44	10.534.900,81																															
Educação	5.720.670,44	8.023.339,82																															
2023																																	
Rubricas	Previsto	Liquidado																															
Administração	3.139.952,28	3.407.810,58																															

Assistência Social	1.257.800,00	1.576.054,10
Saúde	6.506.268,89	10.927.602,58
Educação	7.018.400,00	9.100.206,86

2024		
Rubricas	Previsto	Liquidado
Administração	3.565.802,90	4.110.494,32
Assistência Social	1.313.980,00	1.740.609,13
Saúde	7.545.072,43	12.362.929,05
Educação	7.901.448,95	8.850.529,75

Verifica-se o que segue:

Os gastos históricos liquidados (o que foi efetivamente gasto) NÃO ESTÃO ALINHADOS com as dotações orçamentárias previstas (o que foi planejado) na LOA.

Orienta-se, incluir dotações nas próximas LOA considerando-se as necessidades efetivas dos órgãos, os programas incluídos no PPA e as limitações orçamentárias e financeiras do Município, de modo que a Lei Orçamentária reflita a realidade financeira do Município.